

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO		
ESTAÇÃO VIRTUAL EM NUVEM		
SPP Nº 1086/2023	PROCESSO SERPRO-PON-2023/00028	SERPRO/SEDE

O **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70836-900, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, torna público que iniciará, a partir da publicação deste Edital, **chamamento público para selecionar pessoa jurídica de direito privado**, com fundamento no art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei 13.303/2016, no [Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO](#) e no [Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO](#).

CHAMAMENTO	
Período	Determinado, conforme cronograma.
Público-alvo	Pessoas jurídicas de direito privado (empresas)
Endereço eletrônico	parceria-evn@serpro.gov.br
Publicação (sítio)	https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos

ANEXOS	
Numeração	Descrição
I	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
II	QUALIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
III	MINUTA REFERENCIAL DE CONTRATO

CRONOGRAMA	
Descrição	Prazo
IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	18/10/2023 a 14/11/2023
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE	18/10/2023 a 20/11/2023
JULGAMENTO	Até 5 dias úteis após manifestação
RECURSOS ADMINISTRATIVOS	Até 10 dias úteis após julgamento
DECISÃO E RESULTADO FINAL	Até 10 dias úteis após recursos

SUMÁRIO

SEÇÃO I – DO OBJETO	3
SEÇÃO II - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	3
SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
SEÇÃO IV – DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE.....	6
SEÇÃO V – DO JULGAMENTO.....	6
SEÇÃO VI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	7
SEÇÃO VII - DA SELEÇÃO DAS INTERESSADAS	8
SEÇÃO VIII - DA AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE E ANÁLISE DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	9
SEÇÃO IX - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA	10
SEÇÃO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	11
ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	13
ANEXO II - QUALIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	18
ANEXO III - MINUTA REFERENCIAL DE CONTRATO	24
CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES	26
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.....	27
CLÁUSULA TERCEIRA - NATUREZA ASSOCIATIVA DESTE CONTRATO	28
CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES	28
CLÁUSULA QUINTA - DA INTEGRIDADE.....	30
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS	33
CLÁUSULA OITAVA – COMPARTILHAMENTO DE RISCOS.....	33
CLÁUSULA NONA – VALOR E CONDIÇÕES DE REPASSE	33
CLÁUSULA DÉCIMA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E OUTROS ATIVOS	37
CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DESCUMPRIMENTO DESTE CONTRATO	38
CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - VIGÊNCIA DESTE CONTRATO	39
CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - ALTERAÇÕES DESTE CONTRATO	39
CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - RESCISÃO DESTE CONTRATO	40
CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - INFORMAÇÕES SIGILOSAS.....	40
CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	42
CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - COMUNICAÇÕES E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS	42
CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	43
CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS SOBRE ESTE CONTRATO.....	43
CLÁUSULA VIGÉSIMA - OUTRAS DISPOSIÇÕES	43
ANEXO A – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	45
ANEXO C – MATRIZ DE RISCOS	52
ANEXO D – INFORMAÇÕES SIGILOSAS RESTRITAS	53

SEÇÃO I – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Edital, na forma do art. 17 do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO, é a realização de chamamento público destinado a selecionar pessoa jurídica de direito privado, adiante chamadas de INTERESSADAS, para, em parceria com o SERPRO, explorar oportunidade de negócio específica e definida, conforme **ANEXO I**.

1.2 A atuação em parceria se dará para a construção de produto ou serviço (solução) a ser comercializado pelas PARCEIRAS, em conformidade com as suas respectivas políticas, interesses, procedimentos e processos inerentes de cada instituição.

1.3 Para fins deste Edital, parceria é relação jurídica constituída por um contrato de parceria em oportunidade de negócio, que, na forma do art. 3º do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO, é contrato de espécie associativa.

1.3.1 Em razão da natureza associativa do contrato, enfatiza-se que o presente Edital não se refere a uma relação de fornecimento e consumo, não garante resultados e não visa constituir sociedade empresarial entre os parceiros, caracterizando-se seu objeto, na linguagem corrente empresarial, como joint-venture contratual, mas nunca societária.

SEÇÃO II - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1 Qualquer pessoa poderá impugnar o edital em até 03 (três) dias úteis antes do prazo final previsto no cronograma, devendo encaminhar a impugnação ao endereço eletrônico informado. A impugnação não possui efeito suspensivo.

2.1.1 A impugnação, que deverá observar a forma escrita e indicar o nome e o CPF do impugnante, se pessoa física, ou razão social, CNPJ, nome e CPF de seu representante, se pessoa jurídica, poderá ser encaminhada por e-mail, até 23:59 do último dia do prazo.

2.1.2 Caberá ao SERPRO decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, publicando sua decisão no sítio informado, sendo ônus do impugnante, assim como das demais INTERESSADAS, acessar periodicamente este endereço para manterem-se informadas.

2.1.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data dos prazos finais previstos no cronograma.

2.2 Eventual pedido de esclarecimento em relação à interpretação deste edital deverá ser encaminhado, em até 03 (três) dias úteis antes do prazo final previsto no cronograma deste instrumento convocatório, ao endereço eletrônico informado.

2.2.1 O pedido de esclarecimento, que deverá observar a forma escrita e indicar o nome e o CPF do interessado, se pessoa física, ou razão social, CNPJ, nome e CPF de seu representante, se pessoa jurídica, poderá ser encaminhado por e-mail, até 23:59 do último dia do prazo.

2.2.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como demais informações relevantes, serão divulgadas em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação, mediante publicações no sítio informado, sendo ônus das INTERESSADAS acessar este endereço periodicamente para manterem-se informadas.

2.3 Qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação, enviado fora do prazo e horário estabelecido neste edital, não será conhecido, por ser intempestivo, não tendo o SERPRO obrigação de respondê-lo.

2.4 Não será considerado o pedido de esclarecimento ou de impugnação sem as devidas qualificações do interessado, como razão social ou nome, número do CNPJ ou CPF, e, quando for o caso, nome completo do representante legal, não sendo o SERPRO obrigado a respondê-los.

SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Para habilitar-se a oferecer proposta técnica a este chamamento, a INTERESSADA deverá previamente cumprir os requisitos de habilitação jurídica conforme a tabela:

Requisito de habilitação	Forma de comprovação	Responsabilidade pela comprovação
3.1.1 Ser pessoa jurídica constituída na forma da lei;	Apresentação de documentos de constituição da INTERESSADA.	INTERESSADA
3.1.2 Ter objeto social compatível com a oportunidade de negócio indicada em anexo deste edital; 3.1.2.1 Não se considera compatível o objeto social que se refere a mero repasse de produtos ou serviços;	Apresentação de documentos de constituição da INTERESSADA.	INTERESSADA
3.1.3 Não estar com o direito de licitar e contratar com o SERPRO suspenso; 3.1.4 Não estar impedida de licitar e contratar com a União; 3.1.5 Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos desta sanção; 3.1.6 Não ter sido declarada inelegível; 3.1.7 Não ter sido condenada por ato de improbidade administrativa;	Consulta aos cadastros pertinentes, a exemplo do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) ou de cadastros consolidados.	INTERESSADA
3.1.8 Não estar enquadrada em nenhuma das vedações previstas no art.	Apresentação de declaração, preenchida e garantida pela própria INTERESSADA,	INTERESSADA

38 da Lei n. 13.303/2016;	sob as penas da lei, com destaque para o art. 299 do Código Penal, havendo modelo de declaração anexado a este edital.	
3.1.9 Não estar em processo de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, de insolvência, ou outra forma de concurso de credores, ou, ainda, em dissolução ou liquidação;	Apresentação de certidão negativa de falência e concordata emitida pelo Tribunal de Justiça do foro da sede da INTERESSADA.	INTERESSADA
3.1.10 Não se apresentar a este chamamento organizada em consórcio;	Apresentação dos documentos de constituição da INTERESSADA.	INTERESSADA

3.2 Para habilitar-se a oferecer proposta técnica a este chamamento, a INTERESSADA deverá previamente cumprir os requisitos de habilitação fiscal conforme a tabela:

Requisito de habilitação	Forma de demonstração	Responsabilidade pela demonstração
3.2.1 Estar regular junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	Consulta aos cadastros pertinentes para obtenção da Certidão de regularidade junto ao FGTS, dentro de seu prazo de validade.	INTERESSADA
3.2.2 Estar regular junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);	Consulta aos cadastros pertinentes para obtenção da Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN), dentro de seu prazo de validade.	INTERESSADA

3.3 Da participação de INTERESSADAS estrangeiras:

3.3.1 As INTERESSADAS estrangeiras poderão participar por meio de filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil, cumprindo as condições exigidas nos itens anteriores desta seção.

3.3.2 As INTERESSADAS estrangeiras que não tenham filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil, podem participar desde que cumpram os requisitos segundo a tabela:

Requisito de habilitação	Forma de demonstração	Responsabilidade pela comprovação
3.3.2.1 Habilitação jurídica e fiscal equivalentes, em seu país, aos exigidos nos itens anteriores desta Seção.	Meios usuais no país de origem, desde que equivalentes aos meios brasileiros,	INTERESSADA
3.3.2.2 Capacidade jurídica do representante que, em nome da INTERESSADA, firma a Proposta;	Apresentação de procuração ou outro instrumento em que conste a transferência de poderes.	INTERESSADA
3.3.2.3 Tradução de seus documentos para o idioma português, quando não registrado originalmente neste.	Apresentação de tradução simples	INTERESSADA
3.3.2.4 Autorização de funcionamento expedida pelo Governo Federal.	Apresentação do decreto de autorização	INTERESSADA

3.4 Nos casos em que a responsabilidade pela demonstração da qualificação é da INTERESSADA, não se exclui a conferência e a realização de eventuais diligências pelo SERPRO.

3.4.1 O SERPRO poderá solicitar à INTERESSADA, documentos complementares para sanar dúvidas ou eventuais falhas encontradas da documentação.

3.5 Os documentos mencionados nesta seção cujo envio é responsabilidade da INTERESSADA devem ser remetidos na forma indicada para envio da proposta técnica na respectiva seção deste edital.

3.6 A INTERESSADA estrangeira, para fins de assinatura do contrato, deverá reapresentar os documentos de habilitação, agora, por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

3.7 Para fins de habilitação, a verificação pelo SERPRO em sítios eletrônicos oficiais, de órgão e entidades emissoras de certidões, constitui meio legal de prova.

3.7.1 A INTERESSADA poderá deixar de apresentar documentos que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), podendo o SERPRO obtê-los a partir de consulta on-line.

3.8 As INTERASSADAS que não apresentarem os documentos exigidos nessa seção, não serão habilitadas.

SEÇÃO IV – DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

4.1 As INTERESSADAS deverão encaminhar sua proposta ao endereço eletrônico informado, contendo a documentação de habilitação prevista neste edital e a documentação de qualificação prevista no **ANEXO II**, conforme prazo previsto no cronograma.

4.2 Conforme art. 59 do Regulamento de Licitações e contratos do SERPRO, os documentos deverão ser enviados exclusivamente ao endereço eletrônico informado.

4.2.1 O teor e a integridade dos documentos enviados digitalizados e dos natos digitais serão de responsabilidade da INTERESSADA. O SERPRO poderá exigir, a seu critério, a apresentação da versão impressa que originou o documento digitalizado.

4.3 Todos os documentos enviados em idioma diferente do português, deverão ser acompanhados de traduções, simples ou juramentadas.

SEÇÃO V – DO JULGAMENTO

5.1 Os documentos recebidos serão analisados pelo SERPRO, que decidirá, com base na documentação apresentada para atendimento aos requisitos deste edital e seus anexos, pela qualificação ou não das INTERESSADAS.

5.1.1 Na análise da documentação para o julgamento das propostas apresentadas, será verificado pelo SERPRO o atendimento de todas as condições estabelecidas neste edital, sendo adotado o critério de avaliação segundo o atendimento aos requisitos essenciais e a pontuação obtida nos requisitos não essenciais e nos atestados de capacidade técnica válidos.

5.1.1.1 Entende-se por requisito essencial, o recurso ou funcionalidade considerado indispensável à solução proposta.

5.1.1.2 Entende-se por requisito não essencial, o recurso ou funcionalidade desejável, mas não indispensável à solução proposta.

5.1.2 Caso algum requisito essencial não seja atendido, a INTERESSADA será desclassificada e os requisitos não essenciais, bem como os atestados de capacidade técnica, não serão avaliados.

5.1.3 Durante a avaliação da documentação, o SERPRO poderá diligenciar as INTERESSADAS para saneamento de defeitos e/ou solicitação de esclarecimentos, observando o princípio da isonomia.

5.1.4 A classificação das INTERESSADAS será realizada mediante a pontuação obtida nos requisitos de qualificação técnica não essenciais e dos atestados de capacidade técnica válidos, apresentando o resultado em ordem decrescente, conforme previsto no **ANEXO II**.

5.2 O resultado preliminar do julgamento será divulgado no sítio informado conforme prazo previsto no cronograma. Dessa decisão cabe a interposição de recurso, na forma prevista neste edital.

SEÇÃO VI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1 Sobre os atos do SERPRO de julgamento da qualificação das INTERESSADAS, poderão ser apresentadas razões de recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua publicação.

6.2 Sobre as razões de recurso apresentadas por uma INTERESSADA, poderão ser interpostas contrarrazões pelas demais INTERESSADAS, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua publicação.

6.3 As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviadas, com a devida motivação, para o endereço eletrônico informado até às 23:59 do último dia do prazo.

6.3.1 Não serão consideradas as razões ou contrarrazões de recurso quando imotivado ou quando oferecido após o prazo.

6.3.2 Entende-se como imotivado a razão ou contrarrazão de recurso que não indica o ato ou interpretação que a INTERESSADA deseja que seja revisto, bem como os fundamentos fáticos (técnicos ou administrativos) ou jurídicos que lhe concederiam o direito à revisão ou, ainda, que se limitem a enviar documentos ao SERPRO, sem a apresentação do pleito em forma de texto.

6.4 O recurso administrativo será examinado pelo responsável pelo ato recorrido, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, motivando sua decisão. Caso o responsável mantenha sua decisão, ele deverá submetê-la à autoridade superior, que decidirá a respeito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

6.4.1 Todos os atos serão publicados no sítio do SERPRO para o devido acompanhamento das INTERESSADAS.

6.4.2 O acolhimento do recurso administrativo implicará tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

6.4.3 A decisão sobre os recursos e o resultado final do julgamento será divulgado no sítio informado.

SEÇÃO VII - DA SELEÇÃO DAS INTERESSADAS

7.1 Após a etapa recursal, serão selecionadas as 3 (três) INTERESSADAS mais bem qualificadas.

7.1.1 As demais empresas habilitadas comporão um cadastro de reserva, a partir do qual o SERPRO poderá selecionar estas empresas, segundo seus critérios de conveniência e oportunidade, seguindo a ordem de classificação.

7.2 Em caso de empate, serão seguidos os seguintes critérios de desempate:

7.2.1 A INTERESSADA que apresentar maior pontuação nos requisitos de Peso 10;

7.2.2 A INTERESSADA que apresentar maior pontuação nos requisitos de Peso 3;

7.2.3 A INTERESSADA que apresentar, por meio dos atestados de capacidade técnica, maior experiência comprovada, considerando, entre outros, aspectos de prazo, porte e complexidade dos projetos implementados.

7.3 A qualquer tempo durante o processo de seleção, o SERPRO poderá demandar a celebração de um termo de confidencialidade com a INTERESSADA, visando a proteger informações sigilosas, na forma da Lei n. 12.527/2011.

SEÇÃO VIII - DA AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE E ANÁLISE DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

8.1 Selecionada a INTERESSADA, o processo de formação de parceria em oportunidade de negócio será submetido a tramitação interna do SERPRO para homologação.

8.2 Durante a homologação do processo de formação da parceria, de modo a certificar-se de que não há conflitos de interesses e situações impeditivas à celebração do contrato de parceria, a INTERESSADA selecionada será submetida pelo SERPRO a:

- i) Avaliação de integridade, conforme previsto na Norma de Avaliação de Integridade de Fornecedores e Parceiros de Negócio do Serpro e do Regulamento de contatação de parcerias em oportunidades de negócio do Serpro, disponíveis em <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/du-diligence-de-integridade>>.
- ii) Análise de conformidade da parceria com a Política de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica>>.

8.2.1 A avaliação de integridade será realizada por meio do formulário específico, com a finalidade de reunir informações sobre o perfil e a reputação da empresa e dos seus representantes, sócios e administradores, assim como verificar a adoção de mecanismos e procedimentos de integridade voltados à prevenção e ao combate à fraude e à corrupção, dentre outras.

8.2.2 O formulário será encaminhado ao representante indicado na proposta, ao representante legal ou pessoa formalmente designada por delegação específica de poderes para representar a INTERESSADA, devendo ser preenchido e devolvido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, caso outro prazo superior não esteja definido pelo SERPRO.

8.2.3 O SERPRO poderá solicitar, a qualquer momento, esclarecimentos adicionais ou documentos para subsidiar sua análise, cabendo a INTERESSADA atender no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, caso outro prazo superior não esteja definido pelo SERPRO.

8.2.4 Ao manifestar interesse, a INTERESSADA concorda em responder à avaliação de integridade quando requerida, bem como prestar demais informações requisitadas pelo SERPRO, ficando ciente que a sua recusa impedirá a celebração da parceria, implicando em sua desclassificação, situação em que o SERPRO selecionará a próxima INTERESSADA, observada a ordem de classificação.

8.2.5 O resultado da avaliação de integridade determinará o Grau de Risco de Integridade (GRI) da INTERESSADA, que poderá variar entre Alto, Médio e Baixo.

8.2.6 A INTERESSADA será informada do resultado da sua avaliação de integridade quando o GRI apurado for Baixo ou Médio, ficando ciente de que poderá estar sujeita a atender a controles de mitigação de riscos junto ao SERPRO, no caso de celebração da parceria decorrente deste chamamento.

8.2.7 A INTERESSADA será informada do resultado da sua avaliação de integridade quando o GRI apurado for Alto, ficando ciente de que esse risco poderá implicar em sua desclassificação e, conseqüentemente, a não celebração da parceria decorrente deste chamamento, situação em que o SERPRO selecionará a próxima INTERESSADA, observada a ordem de classificação.

8.2.8 As informações coletadas e os documentos produzidos durante a avaliação de integridade da INTERESSADA serão considerados sigilosos, sendo vedada a divulgação e o acesso aos mesmos por terceiros, salvo o disposto nos itens 9.2.6 e 9.2.7 deste Edital.

8.2.9 Os dados pessoais obtidos em razão dos procedimentos de avaliação de integridade e de análise de transação com partes relacionadas da INTERESSADA serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

8.3 A decisão, pela autoridade competente, sobre a homologação, revogação ou anulação do processo de formação da parceria em oportunidade de negócio, será divulgada no sítio informado.

SEÇÃO IX - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

9.1 Homologado o processo de formação de parceria em oportunidade de negócio, a INTERESSADA selecionada será convocada para celebrar um Termo de Confidencialidade com o SERPRO (caso já não o tenha feito) e, também, para participar da construção do contrato de parceria.

9.1.1 O referido contrato de parceria é de natureza associativa, isto é, não se refere a uma relação de fornecimento e consumo, não garante resultados e não visa constituir sociedade empresarial entre os parceiros, caracterizando-se seu objeto, na linguagem corrente empresarial, como *joint-venture* contratual, mas nunca societária.

9.1.2 O **ANEXO III** deste edital consiste em uma minuta referencial de contrato, cujos termos poderão ser negociados entre o SERPRO e a INTERESSADA selecionada antes de sua celebração, à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.

9.1.3 A recusa da INTERESSADA selecionada em celebrar o termo de confidencialidade ou o contrato de parceria impedirá a celebração da parceria, implicando em sua desclassificação, situação em que o SERPRO selecionará a próxima INTERESSADA, observada a ordem de classificação.

9.2 Celebrado o contrato de parceria, as PARTES devem elaborar o Plano de Negócio, documento-base que se destina a descrever os objetivos da oportunidade de negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados ao longo da exploração da oportunidade.

SEÇÃO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Fica designada Comissão Especial para Seleção de Parceiro Privado, na forma do art. 17, item 1, alínea h, do Regulamento, segundo a indicação de suas funções e competências:

- Planejamento e Especificação de parcerias DIRCL/SUNIN
- Especialistas técnicos DIOPE
- Aquisição e contratação DIRAD/SUPGA

10.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o funcionamento do SERPRO, os atos previstos neste edital serão praticados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do SERPRO em contrário.

10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á a do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SERPRO.

10.4 Todos os horários estabelecidos neste edital e seus anexos observarão o horário de Brasília – DF.

10.5 As INTERESSADAS são responsáveis pela autenticidade e veracidade das informações e documentos apresentados no processo a que se refere este edital.

10.5.1 Qualquer erro no cadastramento dos dados da INTERESSADA em participar deste chamamento será de sua responsabilidade, podendo, em razão disto, ser prejudicada nas comunicações enviadas pelo SERPRO. Esta responsabilidade não impede, todavia, que o SERPRO, amparado pelas regras deste edital e pelo princípio da competitividade, corrija os dados, quando possível, e faça a comunicação adequada.

10.6 As INTERESSADAS arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e documentação.

10.7 A relação de habilitado(s) para o processo a que se refere este edital permanecerá vigente até sua anulação ou revogação.

10.8 A autoridade competente poderá, a qualquer tempo, revogar o presente chamamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, não cabendo quaisquer formas de ressarcimento às INTERESSADAS.

10.9 À exceção de hipóteses de sigilo indicadas na Lei n. 12.527/2011, é assegurada a vista dos autos do processo eletrônico.

10.10 O processo de seleção de parceiro privado é público, de modo que será dada publicidade aos documentos e dados apresentados pelas INTERESSADAS em suas propostas, sendo responsabilidade destas o envio apenas dos documentos e dados necessários à finalidade do processo. O SERPRO não se responsabilizará pelos efeitos da publicidade dos dados, inclusive pessoais, não relacionados à finalidade do processo, mas, ainda assim, enviados pelas INTERESSADAS.

10.11 Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido para recebimento de propostas será recontado, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado, em qualquer caso, o tratamento isonômico aos licitantes.

10.12 As questões não previstas neste edital e seus anexos serão solucionadas pelo SERPRO, de ofício ou mediante manifestação das INTERESSADAS, sempre mediante interpretação que privilegie os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, e, ainda, os princípios da competitividade e do julgamento objetivo, sopesados junto a quaisquer outros princípios cuja aplicação seja pertinente à oportunidade de negócio de que trata o edital.

10.13 Os litígios relacionados ao processo a que se refere este edital serão resolvidos pelo foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de outra solução negociada em contrato, a ser aplicada somente após a celebração deste.

Brasília, 18 de outubro de 2023.

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO		
SPP Nº 1086/2023	PROCESSO SERPRO-PON-2023/00028	SERPRO/SEDE

1. Da Oportunidade de Negócio

1.1 A oportunidade de negócio consiste na construção e oferta de uma solução de **Estação Virtual em Nuvem**, que oferece *desktops* virtuais na nuvem e permite acesso remoto de qualquer local e a qualquer hora.

A solução de Estação Virtual em Nuvem, é uma alternativa ao gerenciamento físico de estações de trabalho tradicionais. Com essa solução o usuário não está preso a uma estação física e pode ter acesso a seus dados e softwares em qualquer lugar que disponha de conectividade e um ponto de acesso. Demais elementos como as regras de acesso às redes, serviços básicos de infraestrutura de rede local e configurações personalizadas da estação de trabalho já são previamente configurados e ficam disponíveis para uso, bastando o usuário acessar o portal pela URL do serviço e realizar a autenticação com certificado digital ou via serviços de *OTP (One-Time Password)* disponibilizados no portal, para então receber sua área de trabalho remota.

1.2 Os parâmetros gerais de obrigações das partes constam da minuta referencial de contrato, conforme **ANEXO III**.

1.3 Os parâmetros gerais de compartilhamento de resultados constam da minuta referencial de contrato, conforme **ANEXO III**.

1.4 Os parâmetros gerais de compartilhamento de riscos constam da minuta referencial de contrato, conforme **ANEXO III**.

1.5 Os parâmetros gerais de proteção de dados pessoais constam da minuta referencial de contrato, conforme **ANEXO III**.

2. Da Solução

2.1 A solução a ser desenvolvida consiste em uma plataforma composta por serviços tecnológicos que viabilizam a entrega de estações virtuais em nuvem, customizadas e integradas às redes locais dos CLIENTES. A solução é acessível por meio de um portal *Web* com validação das credenciais de acesso utilizando duplo fator de autenticação. Suas principais características são:

- ✓ Escalabilidade;
- ✓ Segurança;
- ✓ Mobilidade;
- ✓ Gerenciamento centralizado;
- ✓ Integração e provimento de serviços básicos de rede local;
- ✓ Flexibilidade na escolha do sistema operacional Linux ou Windows;
- ✓ Oferta de atendimento remoto a estações virtuais e usuários da solução.

2.2 Arquitetura da Solução

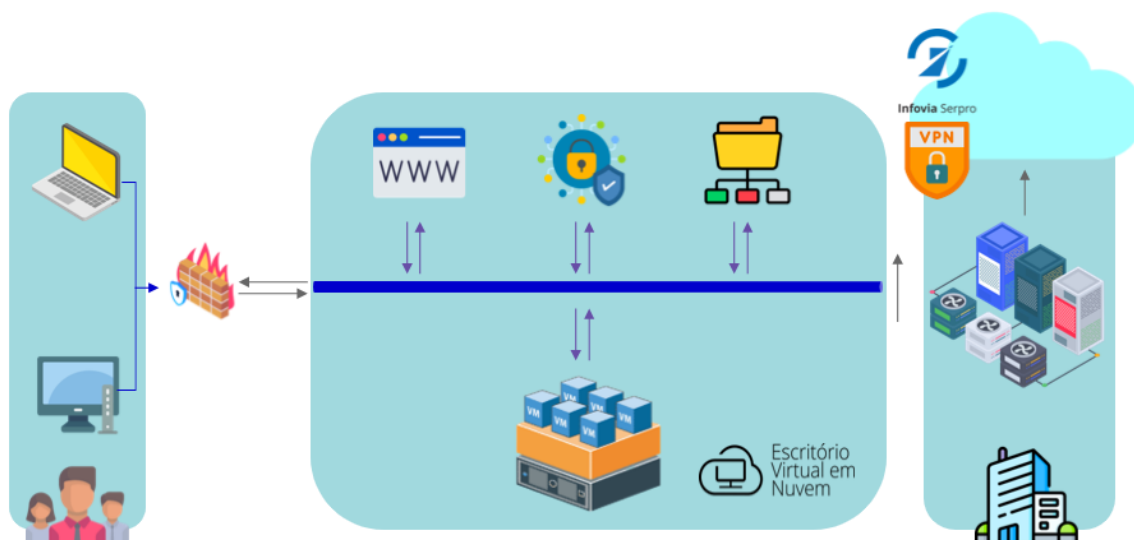


Imagem 1: Arquitetura da Solução

2.3 Funcionalidades

2.3.1 Portal Web para acesso às estações virtuais;

2.3.2 Desktop virtual como serviço;

2.3.3 Sistema operacional e aplicações customizados e embarcados em uma imagem (*template*) disponibilizada nas plataformas Linux ou Windows;

2.3.4 Alocação automatizada de novas estações com base em padrões customizados e pré-definidos;

2.3.5 Integração ou provimento de serviços básicos de rede local (Serviço de Diretório, DHCP, DNS, NTP, WSUS e Antimalware);

2.3.6 Gerenciamento e distribuição de atualizações de segurança para sistemas operacionais;

2.3.7 Solução para distribuição de softwares homologados sob demanda do próprio usuário;

2.3.8 Acesso ao portal com dois fatores com uso de certificado digital ou aplicação de One Time Password – OTP;

2.3.9 Licença da solução de proteção de *endpoint* inclusa;

2.3.10 Implantação, sustentação e suporte da infraestrutura da solução de Estação Virtual em Nuvem;

2.3.11 Atendimento remoto especializado às estações e usuários da solução.

2.3.12 Saída Internet: O tráfego de saída para internet proveniente da infraestrutura da solução de Estação Virtual em Nuvem, passa por circuitos corporativos redundantes de alta capacidade e por serviços de segurança como firewall e filtro de conteúdo providos e geridos pelo SERPRO.

3. Atribuições Gerais do SERPRO

3.1 Central de Serviços: Todos os acionamentos (incidente, atendimento, reclamação, problemas etc.), de qualquer natureza, serão concentrados na central de serviços do SERPRO.

3.2 Atendimento 1º nível: realizado por equipes que seguem os *scripts* e buscam a eficiência na entrega do serviço. Os *scripts* deste nível serão elaborados e repassados pelo 2º e 3º níveis de atendimento, neste caso, a PARCEIRA.

3.3 Centro de Operações 24/7: Equipe que configura e acompanha o monitoramento dos serviços para garantir a devida resposta aos processos de gestão de serviço, principalmente de eventos e incidentes, de forma a garantir a maior disponibilidade possível.

3.4 Atendimento 2º nível ao usuário (Opcional): Trata-se de um serviço adicional caso a área de TI do CLIENTE queira que o SERPRO realize atendimentos remotos a seus usuários.

3.5 Fornecimento da Infraestrutura da Solução: A solução deverá ser provida no Centro de Dados do SERPRO em Brasília e/ou São Paulo, mediante disponibilização de infraestrutura com *hypervisor* VMWare.

3.6 Fornecimento de Link Internet: A saída para internet será fornecida pelo SERPRO.

3.7 Definição dos Perfis de Acesso e Política de Segurança: Caberá ao time de segurança do SERPRO estabelecer as regras de segurança a serem implementadas pela empresa PARCEIRA.

3.8 Treinamento da equipe de TI do CLIENTE: O SERPRO absorverá o conhecimento da PARCEIRA e ficará responsável pelas interações com os CLIENTES.

3.9 Relacionamento com o CLIENTE: Toda relação comercial (Gestão Contratual, Faturamento e Cobrança), incluindo o relacionamento pós-venda, são atribuições do SERPRO.

4. Atribuições Gerais da PARCEIRA

4.1 Atendimento de 2º nível: Todos os acionamentos que não forem resolvidos no primeiro nível serão encaminhados para atendimento pela PARCEIRA.

4.2 Atendimento de 3º nível: Todos os acionamentos que não forem resolvidos no primeiro e segundo níveis serão encaminhados para atendimento especializado pelo time de engenheiros da PARCEIRA.

4.3 Customizações: Qualquer necessidade de adaptação da solução para atendimento às necessidades do mercado será responsabilidade da PARCEIRA.

4.4 Hardware GPU e Licenciamento vGPU: A PARCEIRA será responsável por fornecer as placas gráficas (GPU) necessárias, bem como o licenciamento e quaisquer outros componentes essenciais para seu funcionamento. Esses recursos serão instalados para compor a oferta de máquinas virtuais com a característica de virtualização gráfica (vGPU) quando necessários.

4.5 A PARCEIRA poderá acompanhar o uso e o desempenho dos seus componentes instalados na infraestrutura provida pelo SERPRO para garantir a entrega da solução. O SERPRO, a seu critério, poderá acessar e auditar os componentes instalados, bem como realizar análises de segurança.

4.6 Caberá a PARCEIRA a gestão de licenças na modalidade *Bring Your Own License* (uso de licenciamento próprio).

4.7 Evoluções e correções de bug: a PARCEIRA será responsável por estabelecer um *roadmap* de evolução de novas ofertas, homologação de novas versões de estações bem com correção de bugs da solução.

4.8 A PARCEIRA deverá elaborar plano de capacitação para usuários e equipes técnicas, bem como realizar repasse de conhecimento operacional e comercial ao SERPRO para melhorar a oferta em conjunto do serviço.

4.9 A PARCEIRA será responsável por fornecer todos os licenciamentos necessários para a implementação da solução e entrega das estações virtuais, abrangendo licenças de acesso a serviços Microsoft e sistemas operacionais Windows.

4.10 Para implementação da solução, a PARCEIRA deverá atender requisitos de configurações para segregação de ambientes de múltiplos clientes, de segurança e de centro de dados a serem definidos pelo SERPRO.

4.11 A PARCEIRA deverá disponibilizar a documentação da solução em português do Brasil (PT-BR) ou inglês com o detalhamento de toda a solução.

4.12 A PARCEIRA será responsável pela integração com bases de Diretório e gestão de identidade.

4.13 A PARCEIRA será responsável pela orquestração de ambientes em nuvem.

4.14 A PARCEIRA será responsável pela integração com API's da solução.

4.15 A PARCEIRA deverá realizar o acesso remoto, para fins de manutenção e suporte à solução, através de ferramenta disponibilizada pelo SERPRO.

5. Atribuições Gerais Compartilhadas

5.1 Gestão do Serviço: A entrega do serviço é realizada em conjunto. O SERPRO assume a responsabilidade primordial pelos canais de relacionamento, infraestrutura e

conectividade. Por outro lado, a PARCEIRA se concentra nas soluções relacionadas aos ambientes virtuais.

5.2 Implementação das Políticas: O SERPRO define as políticas de segurança. Sua implementação abrange níveis de rede, integrações de conectividade e soluções de virtualização, tornando esta responsabilidade compartilhada.

5.3 Consultoria HH: Solicitações de consultoria serão encaminhadas ao SERPRO. Contudo, se um assunto for específico ou desconhecido, referente à tecnologia da PARCEIRA, este pode ser acionado.

5.4 Prospecção: As equipes de vendas de ambas as empresas podem apresentar o produto resultante da parceria e cultivar *prospects*. No entanto, todos os contratos serão formalizados pelo SERPRO, que também gerenciará o relacionamento pós-contrato.

5.5 O SERPRO será responsável por definir a ferramenta da solução de antimalware a ser utilizada e também fará a sua gestão/administração. A PARCEIRA poderá realizar a contratação de subscrições de licenças para disponibilização no ambiente

5.6 As PARTES poderão identificar os acionamentos recorrentes e melhorar os *scripts* de atendimento do 1º nível realizado pelo SERPRO.

5.7 A PARCEIRA poderá avaliar a oportunidade de repassar o conhecimento para o SERPRO, na forma de *scripts*, para que os acionamentos de 2º nível possam ser tratados no 1º nível.

5.8 A PARCEIRA será encarregada do monitoramento de eventos e alertas da solução, incluindo diagnósticos de incidentes. Adicionalmente, deverá manter suporte e realizar a manutenção de todos os componentes oferecidos como parte da solução ao longo de todo o período de vigência do contrato. É obrigação da PARCEIRA notificar com antecedência eventuais manutenções programadas e possíveis períodos de indisponibilidade no ambiente, solicitando autorização ao SERPRO.

5.9 A PARCEIRA com apoio do SERPRO deverá implementar o plano de backup e recuperação de desastres.

ANEXO II - QUALIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS		
SPP Nº 1086/2023	PROCESSO SERPRO-PON-2023/00028	SERPRO/SEDE

1. Da Proposta

1.1. A qualificação das INTERESSADAS será realizada a partir de suas propostas, que deverão ser encaminhadas ao SERPRO pelo endereço eletrônico informado, conforme cronograma, e contendo:

1.1.1 Informações gerais sobre a empresa;

1.1.2 Detalhamento funcional da solução proposta;

1.1.3 Evidência de atendimento aos requisitos de qualificação técnica da solução proposta;

1.1.3.1 A evidência de atendimento aos requisitos técnicos essenciais e não essenciais deverá ser comprovada através da "**PLANILHA-DE-QUALIFICACAO-TECNICA**", devidamente preenchida e apresentada em formato/extensão ".PDF" e ".xlsx";

1.1.4 Evidência de experiência comprovada na solução proposta;

1.1.4.1 A evidência de experiência deverá ser comprovada através da apresentação de atestados de capacidade técnica em nome da empresa, emitido por ente público e/ou empresa privada, nacional ou estrangeira, devidamente assinado, que comprove que a empresa já executou a implantação e sustentação da solução proposta, contendo:

- a. Mínimo 1.000 estações virtuais;
- b. Integração com a Rede Local do cliente;
- c. Implementação de estações virtuais com vGPU

1.1.5 Proposta econômico-financeira contendo:

Item	Descrição
Estimativas de investimento	Estimativa financeira da proponente determinando o montante a ser investido no projeto, considerando todos os custos associados.
Estimativas de investimento de alavancagem	Estimativa da proponente determinando o montante a ser adotado com estratégias comerciais para alavancagem de vendas da Solução, custeando, temporariamente, demonstrações, provas de conceito, degustações etc.
Expectativa de transferência de <i>know-how</i> para o SERPRO	Disposição da proponente determinando a intenção em realizar compartilhamento de certos conhecimentos técnicos exclusivos, empregados na produção e comercialização da Solução.

1.1.6 Demais informações que sirvam de insumo para análise, pelo SERPRO, da capacidade de qualificação técnica para a celebração de futura parceria de negócio.

1.1.7 É permitido às INTERESSADAS apresentarem soluções que explorem todos os matizes e variáveis que aos seus juízos possam influenciar o retorno econômico da oportunidade de negócio.

2. Dos Critérios para Qualificação Técnica

2.1 A qualificação técnica das propostas será realizada com base no atendimento aos aspectos técnicos, através do pleno atendimento aos requisitos essenciais e o somatório dos requisitos não essenciais e dos atestados de capacidade técnica válidos, conforme tabela a seguir:

Item	Quantidade	Pontos
Requisitos essenciais	36	-
Requisitos não essenciais peso 10 (10 pontos)	4	40
Requisitos não essenciais peso 3 (3 pontos)	15	45
Requisitos não essenciais peso 1 (1 ponto)	16	16
Atestado de capacidade técnica (5 pontos)	Até 5	25
Pontuação máxima	-	126

2.2 Requisitos técnicos essenciais e não essenciais

2.2.1 Requisitos de Autenticação da Solução

2.2.1.1 Permitir ao usuário acesso a um portal de aplicações usando solução de SSO (Single Sign-On);

2.2.1.2 A solução deve permitir a integração com Login Único do SERPRO com autenticação através de Federação SSO (Single Sign-On) compatível com protocolo:

- OpenID Connect 1.0 com implementação de Authorization Code Flow. Caso a Solução necessite utilizar Client público, deverá ser implementada a extensão ""Proof Key for Code Exchange"" (PKCE);

2.2.1.3 A solução deve permitir a integração com Login Único do SERPRO com autenticação através de Federação SSO (Single Sign-On) compatível com o protocolo:

- SAML 2.0 com implementação de assinatura e criptografia do payload SAML;

2.2.1.4 Caso a solução mantenha um cadastro de usuários, deve disponibilizar uma SDK/API para gestão (criação, edição e remoção) desse cadastro.

2.2.2 Requisitos das Características dos desktops virtuais

2.2.2.1 Suportar o provisionamento de desktops virtuais com o Windows 10 e superiores;

2.2.2.2 Suportar o provisionamento de desktops virtuais com o Ubuntu 22.04 e superiores (LTS);

2.2.2.3 Suportar o provisionamento de desktops virtuais com outras distros Linux;

2.2.2.4 Suportar a entrega de desktops virtuais, através de um navegador utilizando HTML5, mesmo em dispositivos que não possuam o cliente nativo instalado;

2.2.2.5 Suportar os navegadores Mozilla Firefox, Edge e Google Chrome para acesso ao portal;

2.2.2.6 Suportar o navegador Safari para acesso ao portal;

2.2.2.7 A Solução deverá permitir a criação de workflows para automação e orquestração do processo de virtualização. O fluxo deve conter as etapas de:

- Solicitação do cliente;
- Aprovação;
- Tarifação;
- Provisionamento do Ambiente.

2.2.2.8 Suportar a utilização de periféricos USB como microfone, WebCam, Token e Pendrive;

2.2.2.9 Permitir que os desktops virtuais suportem múltiplos monitores simultaneamente;

2.2.2.10 Possuir cliente para endpoint com sistemas operacionais Windows e Ubuntu para acesso aos desktops virtuais.

2.2.2.11 Possuir cliente para endpoint com sistema operacional MacOS para acesso aos desktops virtuais.

2.2.2.12 Possuir cliente para dispositivos móveis iOS (Apple) para acesso aos desktops virtuais.

2.2.2.13 Possuir cliente para dispositivos móveis Android para acesso aos desktops virtuais.

2.2.3 Requisitos do Protocolo de entrega de desktops

2.2.3.1 Deverá suportar interação de voz e áudio bidirecional, em tempo real, nos desktops virtuais;

2.2.3.2 Utilizar os protocolos BLAST Extreme, ICA/HDX ou PCoIP para otimização de comunicação em redes de baixa velocidade e alta latência;

2.2.3.3 Permitir a renderização de aplicativos gráficos, tais como: Adobe Creative Cloud, Autocad, etc. Essa renderização poderá ser configurada nativamente através de emulação

gráfica na(s) ferramenta(s) de administração dos desktops, ou através da instalação de placas gráficas (GPU) homologadas e suportadas nos servidores de virtualização.

2.2.4 Requisitos de segurança

2.2.4.1 Deve suportar os protocolos HTTP e HTTPS para todas as interações web com o software, permitindo o redirecionamento de HTTP para HTTPS;

2.2.4.2 Permitir a utilização de túnel TLS igual ou superior a versão 1.2 (com chave mínima de 128bits) garantindo o acesso ao ambiente virtualizado de forma criptografado;

2.2.4.3 Permitir a restrição de acesso dos dispositivos locais (USB, token, webcam, entre outros) nos desktops virtuais;

2.2.4.4 Permitir ativar e desativar a área de transferência entre desktop virtual e a máquina física;

2.2.4.5 Logs de auditoria de todos os arquivos trafegados entre a máquina física do usuário e o desktop virtual;

2.2.4.6 Logs de auditoria dos acessos realizados pelos usuários para os desktops virtuais;

2.2.4.7 Permitir configurar auto-logout da sessão de conexão;

2.2.4.8 A solução deve contemplar uma ferramenta de gateway, físico ou virtual, para controlar e gerenciar os acessos dos usuários finais ao desktop através da Internet;

2.2.4.9 O gateway deve suportar a configuração de alta disponibilidade ou load balance;

2.2.4.10 A solução deve disponibilizar a exportação e envio de logs no formato Common Event Format (CEF) e para endpoints compatíveis com S3;

2.2.4.11 Permitir o isolamento de tráfego entre estações virtuais;

2.2.4.12 Deve possuir recursos de criptografia dos dados em repouso;

2.2.4.13 Possuir compatibilidade com TPM (virtual Trusted Platform Module);

2.2.4.14 Possuir compatibilidade com as plataformas de proteção de endpoint (EPP);

2.2.4.15 Possuir recurso de proteção contra técnicas de ataque avançadas e persistentes na implantação de máquinas virtuais, verificando os carregadores de inicialização, kernels do SO e drivers.

2.2.5 Requisitos de administração e gerenciamento dos ambientes virtualizados

2.2.5.1 Deverá possibilitar a inserção de identidade visual do SERPRO e de clientes;

2.2.5.2 Permitir entregar, gerenciar e atualizar (não afetando os dados dos usuários) todos os desktops virtuais através de um único local;

2.2.5.3 Possuir a funcionalidade de administração da solução de virtualização de desktops, com segmentação dos níveis de acessos administrativos em vários grupos (Ex.: administração geral, helpdesk e administrador de imagens);

2.2.5.4 A solução deverá permitir realizar a sua atualização de forma transparente para os usuários, sem que haja interrupção das suas atividades.

2.2.5.5 Permitir upgrade/downgrade de hardware (memória, cpu) das estações virtuais

2.2.5.6 Permitir upgrade/downgrade de hardware (vgpu) das estações virtuais

2.2.5.7 Permitir alocação dinâmica de usuários nas estações virtuais

2.2.5.8 Permitir perfil dinâmico de usuário nativo da solução

2.2.5.9 Permitir customização de imagens (templates/ gold image / snapshot)

2.2.5.10 A interface de usuário da solução deve estar no idioma português do Brasil (pt-BR)

2.2.5.11 Permitir criação de políticas de ligar e desligar máquinas por horário

2.2.5.12 Permitir definir estado do host físico em modo de manutenção sem interrupção do serviço, nem impacto para as estações virtuais

2.2.5.13 Permitir visualizar em tempo real as informações dos servidores que fazem parte da solução, sendo no mínimo: Sistema Operacional dos Servidores, endereço IP, função dos servidores na solução, estado atual dos servidores (ativo, desativado, manutenção), informações de consumo de recursos computacional de cada servidor (memória e cpu);

2.2.5.14 Possuir solução de recuperação de desastre

2.2.5.15 Possuir previsão de consumo dos recursos com base no histórico de uso

2.2.5.16 Possuir ferramenta de Troubleshooting para identificar problemas de usuários

2.2.5.17 Permitir criação de VDI com persistência e sem persistência dos dados

2.2.6 Requisitos de infraestrutura da Solução

2.2.6.1 Deverá possuir capacidade de tolerância a falhas, permitindo a continuidade do acesso dos usuários aos desktops virtuais, assim como às funcionalidades de gerenciamento da solução em caso de falha de um servidor;

2.2.6.2 Suportar balanceamento de carga onde mais de uma instância do gerenciador possa ser instalada garantindo alta disponibilidade e balanceamento;

2.2.6.3 Possuir recursos de alta disponibilidade para toda solução de virtualização;

2.2.6.4 Deverá possuir interface de programação com a aplicação ou API (Application Programming Interface), para promover integração com outras aplicações;

2.2.6.5 Deverá ser compatível com hypervisor VMWare ESX/vSphere.

2.2.7 Requisitos de Relatórios, Monitoração e Suporte ao Ambiente Virtualizado

2.2.7.1 Permitir a monitoração e notificação de alertas parametrizados;

2.2.7.2 Permitir exportar dados nos formatos CSV ou HTML;

2.2.7.3 Deverá possuir alertas de consumo dos discos dos desktops virtuais;

2.2.7.4 Possuir emissão de relatórios contendo dados históricos da solução, com a possibilidade de escolha de intervalo de tempo;

2.2.7.5 Possuir emissão de relatórios contendo desktops virtuais sem sessões ativas durante período determinado;

2.2.7.6 Possuir emissão de relatórios contendo desktops virtuais desligados (estações que permaneceram desligadas durante período determinado);

2.2.7.7 Possuir emissão de relatórios relativos a desktops virtuais: número de vms, quantidade de dados trafegados pela rede, número de vcpus, memória ram e estado do mesmo (ativo, ocioso, suspenso, etc), permitindo a extração por período de datas;

2.2.7.8 Possuir emissão de relatórios contendo Desktops que nunca foram utilizados;

2.2.7.9 Possuir emissão de relatórios contendo quantidade de usuários simultâneos por mês e com a possibilidade de escolha de intervalo de tempo;

2.2.7.10 Possuir emissão de relatórios contendo logins efetuados com sucesso e falha, com a possibilidade de escolha de intervalo de tempo.

2.2.7.11 Possuir emissão de relatórios contendo distribuição de Desktops por Cliente;

2.2.7.12 Possuir emissão de relatórios contendo distribuição por modelo de hardware;

2.2.7.13 Possuir emissão de relatórios contendo distribuição por modelo de sistema operacional;

ANEXO III - MINUTA REFERENCIAL DE CONTRATO		
SPP Nº 1086/2023	PROCESSO SERPRO-PON-2023/00028	SERPRO/SEDE

MINUTA REFERENCIAL

CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

QUADRO RESUMO DO CONTRATO	
PARTES: <ul style="list-style-type: none"> SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) <EMPRESA PARCEIRA> 	
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 28, § 3º, inciso II, e § 4º da Lei nº 13.303/2016.	PROCESSO ADMINISTRATIVO NO SERPRO: PROCESSO SERPRO-PON-2023/xxxxx
OBJETO: seleção de pessoa jurídica de direito privado, visando a celebração de parceria estratégica para prover <nome da oportunidade>.	VIGÊNCIA: <XX meses / indeterminado> a partir da <última data de assinatura digital / da data XX/XX/XXXX (indicar qualquer data posterior à assinatura)>.
ANEXOS: <ul style="list-style-type: none"> ANEXO A – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ANEXO B – CLÁUSULAS ESPECÍFICAS ANEXO C – MATRIZ DE RISCOS ANEXO D – INFORMAÇÕES SIGILOSAS RESTRITAS 	CLASSIFICAÇÃO DE SIGILO: ACESSO PÚBLICO (parcial), com informações SIGILOSAS , conforme art. 7º, § 2º, e art. 22 da Lei n. 12.527/2011, art. 6º, inc. I, e art. 33 do Decreto n. 7.724/2020, bem como art. 195, inc. XI, da Lei n. 9.279/1996.

ASSINATURAS	
Considera-se Brasília - DF como local de assinatura deste contrato.	
Considera-se como data de celebração do contrato a última data de assinatura digital registrada por uma das Partes.	
Por estarem de acordo com as cláusulas e anexos apresentados adiante neste Contrato, as partes, indicadas no Quadro Resumo e representadas conforme o Preâmbulo, assinam:	
<p>Posicione a estampa da Assinatura aqui</p> <p>PARCEIRA</p>	<p>Posicione a estampa da Assinatura aqui</p> <p>SERPRO</p>
<p>Posicione a estampa da Assinatura aqui</p> <p>SERPRO - GESTOR DO CONTRATO</p>	

PEQUENO GUIA DO CONTRATO
<p>Este Contrato possui cláusulas gerais, que estão dispostas no corpo principal do Contrato e organizadas de acordo com os seus temas, e cláusulas específicas, que estão apresentadas nos Anexos e, na medida da complexidade da relação jurídica, também organizadas conforme seus temas. Em caso de um indesejado conflito entre disposições do corpo principal do Contrato e seus Anexos, prevalecem as disposições do Anexo.</p>

CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

Que entre si celebram a **<razão social da empresa parceira>**, empresa com sede na **<preencher>**, a seguir designada **<preencher>** e representada neste ato pelo seu (**cargo do representante**), Sr.(a)

(nome do representante), doravante denominada simplesmente **PARCEIRA**, e o **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede no SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70.836-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ nº 33.683.111/0001-07, adiante denominado **SERPRO**, representado neste ato pelo seu (cargo do representante), Sr.(a) (nome do representante), doravante denominado simplesmente **SERPRO** com fundamento no [art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei 13.303/2016](#), no [Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO](#) e no [Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO](#), conforme Processo Administrativo SERPRO-PON-202x/xxxxx e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

1.1 **CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO:** designativo genérico para os contratos associativos empresariais, típicos e atípicos, que disciplinam a formação de parcerias e outras formas associativas para exploração de oportunidades de negócio específicas e definidas, bem como a aquisição e alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais, regidos predominantemente pelas suas cláusulas, pelas disposições do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidade de Negócio do SERPRO, pelos preceitos do Direito Privado e por condições dinâmicas de mercado.

1.2 **CLIENTE:** é a pessoa, física ou jurídica, contratante do serviço a que se refere a cláusula deste Contrato que dispõe sobre o seu objeto;

1.3 **PARTES OU PARCEIRAS:** são as empresas signatárias do presente instrumento, reciprocamente consideradas;

1.4 **PROGRAMA CORPORATIVO DE INTEGRIDADE DO SERPRO (PCINT):** instrumento que estabelece diretrizes para a promoção da integridade como condição fundamental da boa governança, por meio da integração de instrumentos e áreas de gestão e controle que visam prevenir, detectar, punir e remediar a ocorrência de irregularidades, fraudes, corrupção e desvios éticos.

1.5 **REGULAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PARCEIRAS EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO DO SERPRO:** norma que dispõe sobre os processos de formação das parcerias e outras formas associativas em oportunidades de negócio pelo **SERPRO**, previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 28 da Lei n. 13.303/2016, cujo teor deve ser considerado como anexo e parte integrante das normas prescritas no Regulamento de Licitações e Contratos do **SERPRO**, na forma do art. 40 da Lei n. 13.303/2016.

1.6 CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE DO SERPRO: instrumento corporativo de explicitação dos valores e princípios que fundamentam a conduta pessoal e profissional entre os agentes públicos que atuam na instituição, os quais devem nortear os relacionamentos internos e externos com os segmentos da sociedade, visando alcançar padrão de comportamento ético e íntegro que proporcione lisura e transparência dos atos praticados na prestação de serviços da Empresa.

1.7 POLÍTICA DE INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO DO SERPRO: documento que estabelece diretrizes e firma o compromisso do Serpro em manter os mais elevados padrões de integridade, ética e transparência no âmbito organizacional.

1.8 POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DO SERPRO: documento que estabelece diretrizes e responsabilidades a serem observadas quando da ocorrência de Transações com Partes Relacionadas.

1.9 MANUTENÇÃO CORRETIVA: Compreende a correção de bugs e ajustes para resolver questões de performance e usabilidade.

1.10 MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Compreende as alterações que visam a adequar a aplicação a situações futuras.

1.11 MANUTENÇÃO EVOLUTIVA: Compreende o desenvolvimento de novas funcionalidades e aprimoramento de funcionalidades existentes em decorrência de solicitações de melhorias propostas pelos **CLIENTES** ou propostas pelo **SERPRO**, inclusive aquelas relacionadas à anonimização de dados sensíveis coletados.

1.12 MANUTENÇÃO ADAPTATIVA: Compreende a adequação da aplicação para atender à mudança de requisitos decorrentes de alterações no ambiente, principalmente de ordem legal.

1.13 PLANO DE NEGÓCIO: documento-base que se destina a descrever os objetivos da oportunidade de negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados ao longo da exploração da oportunidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 O objeto deste Contrato é a associação entre as **PARTES** para explorar a oportunidade de negócio de <descrever oportunidade>.

2.2 A parceria será formada em conformidade com as cláusulas estabelecidas neste Contrato e demais condições determinadas nos Anexos abaixo listados, que se vinculam a este instrumento, independentemente de transcrição.

2.2.1 ANEXO A – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2.2.2 ANEXO B – CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

2.2.3 ANEXO C – MATRIZ DE RISCOS

2.2.4 ANEXO D – INFORMAÇÕES SIGILOSAS RESTRITAS

3.3 É vedada a constituição de consórcio para o aproveitamento da oportunidade de negócio que é objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - NATUREZA ASSOCIATIVA DESTE CONTRATO

3.1 O presente contrato é de natureza associativa e, portanto, não há prestação de serviços de uma **PARTE** à outra e não há garantia de resultados.

3.2 A associação é meramente contratual, não havendo constituição ou compromisso de constituição de sociedade entre as **PARTES**.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES

4.1 Sobre as obrigações comuns entre as **PARTES**:

4.1.1 Elaborar o Plano de Negócio.

4.1.2 Cada **PARTE**, mediante apuração prévia, será responsável pela reparação de quaisquer danos causados à outra ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, inclusive na hipótese da subcontratação, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento realizado.

4.1.2.1 Apurado o dano e caracterizada sua autoria, garantido o contraditório e ampla defesa, a **PARTE** responsável pagará à outra o valor correspondente ao dano causado, mediante compensação ou recolhimento direto.

4.1.3 São de exclusiva responsabilidade de cada **PARTE**, sem qualquer espécie de solidariedade, as respectivas obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal disponibilizado para a execução deste Contrato.

4.1.4 O presente contrato obrigará e disciplinará as **PARTES** contratantes, seus sucessores e cessionários, porém nenhuma das **PARTES** poderá ceder ou transferir este Contrato, ou quaisquer direitos oriundos do mesmo, sem o consentimento prévio e expresso da outra.

4.1.5 As **PARTES** se obrigam a tomar conhecimento e a respeitar as Políticas de Integridade e/ou Conformidade uma das outras, quando existentes.

4.1.6 São de exclusiva responsabilidade de cada **PARTE**, sem qualquer espécie de solidariedade, as respectivas obrigações de reparo, correção, remoção, reconstrução ou substituição do objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

4.2 Sobre as obrigações exclusivas da **PARCEIRA**:

4.2.1 A **PARCEIRA** será responsável pelos tributos que lhe couber por legislação federal, estadual ou municipal, sobre a parte que lhe couber.

4.2.2 É vedado à **PARCEIRA** possuir administrador, ou sócio com poder de direção, que seja familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável por esta contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, no âmbito do **SERPRO**, situação considerada nepotismo e sujeita à apuração de responsabilidades.

4.2.2.1 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.

4.2.3 A **PARCEIRA**, sempre que solicitada, disponibilizará os dados necessários à apuração de descumprimento de níveis de serviço junto ao **CLIENTE**.

4.3 Sobre as obrigações exclusivas do **SERPRO**:

4.3.1 Realizar a gestão comercial do produto no âmbito da Administração Pública;

4.3.2 O **SERPRO** comunicará à **PARCEIRA**, pela via mais rápida, o início e a cessação dos motivos que impedirem a execução de qualquer serviço.

4.3.3 O **SERPRO** recolherá os tributos devidos, incidentes sobre o valor total da prestação dos serviços, que decorram diretamente da execução do objeto da parceria.

CLÁUSULA QUINTA - DA INTEGRIDADE

5.1 As PARTES firmam o compromisso de conduzir a gestão desta parceria fundamentado nos mais elevados princípios éticos e morais, estimulando e promovendo a conduta ética dos empregados envolvidos nesta relação ora estabelecida, e atuando decisivamente na prevenção e no combate à fraude e à corrupção, contribuindo assim para um ambiente de transparência e integridade.

5.2 A PARCEIRA declara, por si e por seus administradores, empregados, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, que estão cientes e concordam inteiramente com o Código de Ética, Conduta e Integridade do Serpro, a Política de Integridade e Anticorrupção do Serpro e o Programa Corporativo de Integridade do Serpro, disponíveis em <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/etica-e-integridade/due-diligence-de-integridade>>, bem como se comprometem a observá-los e cumpri-los durante toda a execução da presente parceria.

5.3 A PARCEIRA, por si, seus administradores, empregados e representantes comerciais devem estar cientes e agir em conformidade com os dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e seu decreto regulamentador e demais legislações e tratados Internacionais, no que forem aplicáveis, tais como, mas não limitados à Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA), promulgada pelo Decreto nº 4.410/2002, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas), promulgada pelo Decreto nº 5.687/2006, e a Convenção sobre o Combate a Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE), promulgada pelo Decreto nº 3.678/2000, adotando práticas anticorrupção durante toda a vigência da eventual relação comercial com o SERPRO.

5.3.1 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da PARCEIRA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar instauração de apuração de responsabilidade da PARCEIRA e de seus agentes com aplicação de sanções administrativas porventura cabíveis, sem prejuízo do ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos do artigo 18, da Lei nº 12.846/2013.

5.4 No desempenho das suas atividades, a PARCEIRA deve abster-se das seguintes práticas:

A) Praticar qualquer ato de suborno, pagamento por influência, propina ou outro pagamento ilegal, ou de maneira semelhante, ou comparável, a qualquer pessoa ou entidade pública (incluindo, mas não limitado, à autoridade governamental, funcionário público ou candidato a cargo político), independente da forma, em seu nome ou em nome do SERPRO, que constitua vantagem indevida ou, ainda, prática ilegal;

- A.1) Considera-se “vantagem indevida” o benefício pessoal de entes ou pessoas que tenha por finalidade um resultado indevido ou inapropriado, que não ocorreriam se não fosse pela vantagem indevida;
- B) Financiar, patrocinar ou de qualquer forma subsidiar a prática de atos ilícitos;
- C) Utilizar um intermediário (pessoa física ou jurídica) para ocultar seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- D) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do chamamento público;
- E) Tomar ações para obter vantagem ou benefício indevido, fraudulento ou sem autorização por lei de modificações ou prorrogações deste contrato;
- F) Interferir em uma concorrência justa, descumprindo as leis antimonopólio aplicáveis e as leis antitruste, conduzindo práticas monopolistas e/ou tentando manipular os preços de mercado;
- G) Participar de atividades que legitimam os lucros criminais por meios como disfarçar ou ocultar as fontes e a natureza dos lucros ou prestar qualquer tipo de assistência a tais operações (lavagem de dinheiro); e
- H) Praticar atos que possam constituir uma violação da legislação aplicável anticorrupção e anticoncorrencial, ainda que não expressamente citadas no presente contrato.

5.5 Caso a PARCEIRA ou quaisquer seus representantes passem a ser investigados, indiciados ou denunciados por quaisquer dos atos relacionados nesta cláusula, deverá notificar ao SERPRO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis de seu conhecimento do ocorrido, comprometendo-se a fornecer informações sobre o andamento desses processos no mesmo prazo acima citado, contados a partir do recebimento da solicitação pelo SERPRO.

5.6 A PARCEIRA deverá reportar ao SERPRO, em até 05 (cinco) dias úteis após tomar conhecimento, qualquer situação que caracterize conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813/2013, informando se algum dos empregados ou profissionais do SERPRO participa de qualquer atividade ou mantenha ligação econômica com a PARCEIRA.

5.6.1 A análise sobre a existência ou não de um conflito de interesses ficará sob exclusivo critério do SERPRO.

5.7 A qualquer tempo, caso o SERPRO identifique que qualquer pessoa física ou jurídica relacionada à PARCEIRA possua envolvimento com corrupção ativa ou passiva, bem como com qualquer ato contra a administração pública, prática anticoncorrencial ou fraude e/ou apresente impedimento ético, incluindo, mas não se limitando a situações de conflito de interesse, a depender da gravidade e a seu exclusivo critério, deverá:

- A) requerer planos de ação para remediação relacionada à integridade deste contrato;
- B) suspender ou paralisar as atividades com justa causa até satisfatória regularização; ou
- C) rescindir este contrato de forma motivada, sem prejuízo das penalidades contratuais e eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEXTA - DA AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE E ANÁLISE DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

6.1 A avaliação de integridade da PARCEIRA será realizada nas seguintes situações:

- A) antes da assinatura do contrato de parceria;
- B) findo o prazo de vigência estipulado no item 6.1.1 deste contrato de parceria;
- C) a qualquer tempo, durante a vigência da relação contratual, por iniciativa do SERPRO; e
- D) a qualquer tempo, durante a vigência da relação contratual, por iniciativa da PARCEIRA, se constatada alteração relevante das informações inicialmente prestadas.

6.1.1 A avaliação de integridade aplicada pelo SERPRO terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, salvo nas situações em que o Grau de Risco à Integridade (GRI) for classificado como “Alto”, cuja vigência será de 12 (doze) meses.

6.2 O SERPRO realizará, previamente à assinatura do contrato, análise de conformidade da parceria com a sua Política de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica>>.

6.3 O SERPRO, a qualquer tempo, poderá solicitar novas informações à PARCEIRA, que deverá responder no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, caso outro prazo superior não esteja definido pelo SERPRO.

6.4 A PARCEIRA compromete-se a envidar esforços para mitigação e tratamento de riscos à integridade que, porventura, sejam identificados.

6.5 Os dados pessoais obtidos em razão dos procedimentos da Avaliação de Integridade e da análise de Transações com Partes Relacionadas serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS

7.1 No âmbito deste Contrato, as receitas auferidas pela **PARCEIRA** e pelo **SERPRO** decorrerão de contratos celebrados pelo **SERPRO** com os **CLIENTES**.

7.2 Os custos de eventuais erros no recolhimento de tributos sob a responsabilidade do **SERPRO**, em decorrência de informações incorretas por parte da **PARCEIRA**, serão cobrados desta, que se obriga a ressarcir àquele no prazo da notificação.

7.3 As obras intelectuais, ou quaisquer outros ativos, que resultarem da parceria, são tratadas em cláusula específica.

CLÁUSULA OITAVA – COMPARTILHAMENTO DE RISCOS

8.1 As **PARCEIRAS**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do **ANEXO C** deste Contrato.

8.2 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da **PARCEIRA** ou do **SERPRO**.

CLÁUSULA NONA – VALOR E CONDIÇÕES DE REPASSE

9.1 O valor anual estimado deste Contrato é de R\$ [a ser definido quando da assinatura do instrumento] e o valor total estimado deste contrato é de R\$ [a ser definido quando da assinatura do instrumento].

9.1.1 A execução do valor estimado está condicionada às receitas decorrentes desta parceria, de modo que não se criam obrigações onerosas, sob o aspecto financeiro, de forma imediata.

9.1.2 A seu critério, o **SERPRO** e a **PARCEIRA** poderão adotar estratégias comerciais conjuntas para alavancagem de vendas do objeto, custeando, temporariamente, demonstrações, provas de conceito, degustações e afins.

9.1.3 Poderão as **PARTES**, a qualquer tempo e, em comum acordo, revisar os valores pactuados, inclusive, para refletir os ajustes celebrados com o **CLIENTE**.

9.2 O **SERPRO** somente realizará o repasse à **PARCEIRA** em até [quantidade a ser definida quando da celebração do instrumento] dias úteis, após o faturamento do(s) **CLIENTE(S)** do **SERPRO**, condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.2.1 O **SERPRO** efetuará o repasse via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou Caixa Econômica Federal, para o banco discriminado na nota fiscal.

9.2.1.1 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou instituições financeiras serão de responsabilidade da **PARCEIRA**.

9.2.2 Para efeito de repasse, os serviços serão contabilizados mensalmente.

9.2.2.1 No primeiro mês de faturamento, o valor deverá ser dividido à base de 1/30 (um trinta avos) do valor mensal, por dia, considerando-se o mês de 30 dias.

9.2.2.2 Nos meses subsequentes, os valores serão cobrados mensalmente, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias.

9.2.2.3 No último mês de vigência do contrato o valor deverá ser rateado à base de 1/30 (um trinta avos) do valor mensal, por dia, considerando-se o mês de 30 dias.

9.2.2.4 Caso ocorram diferenças de centavos em decorrência de dízimas periódicas nos valores das parcelas, tais diferenças podem ser equalizadas ao longo do contrato a fim de que o valor do contrato seja respeitado.

9.2.3 O **SERPRO** não efetuará repasse de títulos descontados ou por meio de cobrança em Banco, nem dos que forem negociados com terceiros mediante operação de *factoring*.

9.2.4 Se houver atraso dos pagamentos por parte do(s) **CLIENTE(S)**, o **SERPRO** suspenderá o repasse à **PARCEIRA** até que o **CLIENTE** regularize o pagamento.

9.2.5 Caso ocorra a rescisão contratual ou a redução da demanda pelo **CLIENTE**, o repasse à **PARCEIRA** será correspondente aos serviços efetivamente prestados e recebidos.

9.2.6 Em caso de rescisão do contrato com o **CLIENTE**, havendo débitos em aberto, o **SERPRO** adotará as medidas cabíveis visando o recebimento, observada as disposições contratuais, para posterior repasse do respectivo valor à **PARCEIRA**.

9.2.7 Caso ocorra a interrupção da prestação do serviço ou a rescisão do contrato com o **CLIENTE** descritas nos itens anteriores, a **PARCEIRA** não terá direito ao recebimento de indenização a qualquer título.

9.3 A **PARCEIRA** deverá emitir o faturamento por meio do CNPJ constante no preâmbulo deste Contrato, devendo o mesmo ser igual ao CNPJ dos dados bancários e estar vinculado aos dados bancários informados na nota fiscal.

9.4 A nota fiscal deverá ser emitida para o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), sito na:

- I) REGIONAL BRASÍLIA/DF, SGAN AV. L2 NORTE, QUADRA 601 MÓDULO "G" – BRASÍLIA/DF, CEP: 70.836-900, CNPJ: 33.683.111/0002-80, INSCRIÇÃO ESTADUAL:07334743/002-94, INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 07334743/002-94; ou
- II) REGIONAL SÃO PAULO/SP ENDEREÇO, RUA OLÍVIA GUEDES PENTEADO, Nº 941, BAIRRO CAPELA DO SOCORRO – SÃO PAULO/SP. CEP: 04.766-001. CNPJ: 33.683.111/0009-56. INSCRIÇÃO ESTADUAL:111.445.700.110. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 8.242.433-0

9.4.1 Constatando alguma incorreção nas notas fiscais que desaconselhe o repasse, o prazo será contado a partir da respectiva regularização. O uso da carta de correção será admitido nos casos previstos pelas legislações tributárias.

9.4.2 Deverão ser indicados na nota fiscal o número deste Contrato, o mês de referência, a descrição dos produtos/serviços, o número da ordem de serviço, se for o caso, o nome e número do banco e a agência e número da conta bancária onde será efetuado o repasse, com seus respectivos dígitos verificadores.

9.4.2.1 A descrição dos produtos/serviços informada no documento fiscal deve ser a mesma dos itens do Contrato. Em caso de divergência, o **SERPRO** devolverá a nota fiscal.

9.4.2.2 Quando for o caso, o **SERPRO**, conforme determina a Lei 9.711/98 e a IN RFB 971/09, efetuará retenção de 11% (onze por cento) do valor da fatura referente à mão de obra, dessa forma, a **PARCEIRA** deverá destacar no corpo da nota fiscal, o valor-base para retenção. Caso o valor-base não seja informado, o **SERPRO** efetuará a retenção considerando como base o valor total da nota fiscal.

9.4.3 Se for o caso, os valores dos tributos incidentes sobre os serviços deverão ser destacados na respectiva nota fiscal, sempre que a legislação tributária permitir, sendo certo que, no preço ajustado, já estarão inclusos os valores dos referidos tributos.

9.4.4 As empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) deverão anexar à sua nota fiscal, uma via original, em papel timbrado, uma Declaração identificando a condição jurídica e fiscal de sua empresa, em cumprimento ao normativo interno do **SERPRO** de tratamento dos documentos geradores de despesas, caso contrário, será aplicada as disposições legais vigentes. (Instrução Normativa RFB 1.234/12).

9.5 Em caso de multa, glosa ou descontos aplicados pelo(s) **CLIENTE(S)**, haverá apuração entre **SERPRO** e **PARCEIRA**, de forma que, sendo o caso, seja assumida a responsabilidade de forma proporcional às respectivas faltas ou, quando esta não puder ser apurada, será considerado o percentual de receita destinado a cada uma das **PARTES**.

9.5.1 As glosas efetuadas pelos **CLIENTES**, motivadas por descumprimentos de obrigações da **PARCEIRA**, serão descontadas do repasse, podendo ser restabelecida, em momento posterior, caso seja revertida a glosa.

9.6 Critérios para a aplicação de juros em caso de atraso no repasse:

9.6.1 O atraso no repasse de qualquer valor devido por parte do **SERPRO**, implicará a aplicação de juros simples, à razão de 6% (seis por cento) ao ano, que incidirá da data de vencimento da nota fiscal até a data de emissão da Ordem Bancária (OB) para repasse.

9.6.2 Entende-se por juros simples quando o percentual de juros incide apenas sobre o valor principal devido, assim os juros gerados a cada período não incidirão novos juros, considerando a fórmula **CVD = VNF * ((i/365) / 100) * t**:

- **CVD** = Correção do Valor Devido
- **VNF** = Valor Líquido da nota fiscal paga em atraso
- **i** = taxa de juros = 6 (6% ao ano)
- **t** = tempo decorrido (dias) entre a data de vencimento e a data de emissão da Ordem Bancária

9.6.3 O pedido de aplicação de juros sobre o valor devido deverá ser formalmente solicitado pela **PARCEIRA** ao Gestor do Contrato do **SERPRO**, e:

9.6.3.1 Ser instruído com a demonstração do valor resultante da aplicação da fórmula descrita na tabela acima e com os documentos necessários para deliberação por parte do **SERPRO**.

9.6.3.2 Estar vinculado e separado por local de faturamento.

9.6.4 O atraso nos repasses devidos, motivados por descumprimento de obrigações da **PARCEIRA** não gera direito a reajustamento, correção ou quaisquer ônus adicionais para o **SERPRO**, bem como as situações decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no art. 393 do Código Civil.

9.7 Os repasses efetuados à **PARCEIRA** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao objeto deste Contrato.

9.8 A **PARCEIRA** fica ciente da condição de que o **SERPRO**, em atendimento às disposições do art. 34 da Lei 10.833/03 e da Instrução Normativa RFB 1.234/12, efetuará retenção na fonte, nos repasses efetuados, dos seguintes impostos e contribuições:

- A) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- B) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- C) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- D) Programa de Integração Social (PIS/PASEP).

9.8.1 A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota prevista no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/12.

9.9 O **SERPRO**, se for o caso, efetuará a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre os serviços prestados nas regionais e escritórios habilitados como substituto tributário, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E OUTROS ATIVOS

10.1 A propriedade intelectual das obras e dos ativos intangíveis, como os códigos-fonte das aplicações, criados em conjunto pelas **PARTES** (cocriação), serão de cotitularidade de ambas, presumindo-se iguais as partes ideais, se estas não dispuserem em contrário.

10.1.1 No caso da propriedade intelectual comum, aplica-se, no que couber, os artigos 1.314 a 1.326 do Código Civil, facultando-se a uma **PARTE**, tomar iniciativas de defesa da propriedade intelectual individualmente, em juízo ou extrajudicialmente, desde que motivada por risco eminente de prejuízo aos interesses comuns e que dê notícia imediata da iniciativa à outra **PARTE**. Independentemente de risco eminente, permite-se a iniciativa em razão de inércia da outra **PARTE**,

configurada caso esta não responda a provocação no prazo de trinta dias. Ocorrida tal hipótese, será concedida à parte em atraso a prorrogação de prazo necessária ao cumprimento da obrigação.

10.1.2 Em caso de rescisão deste Contrato, as **PARTES** disciplinarão em consenso o destino da propriedade comum, sendo que uma **PARTE** garantirá preferência à outra para tomar licença de uso ou adquirir a propriedade de sua parte ideal, salvo na hipótese de uma proposta de terceiro se mostrar mais vantajosa.

10.2 Cada **PARTE** deterá titularidade da propriedade intelectual de obras e outros ativos criados exclusivamente por si, ainda que na execução da parceria.

10.2.1 Nesse sentido, serão de propriedade exclusiva do **SERPRO** as marcas eventualmente definidas para a comercialização dos serviços, independentemente de protocolo de pedido de registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI.

10.3 Este Contrato, não contempla o direito de licenciar qualquer propriedade intelectual da **PARTE** ou do **SERPRO**, tampouco estabelece direito de usar qualquer marca, exceto, neste caso, do uso estritamente necessário ao bom cumprimento do objeto deste Contrato.

10.3.1 As **PARTES** não terão direito ao recebimento de quaisquer valores, seja a que tempo e/ou título for, em virtude de qualquer forma de uso de sua logomarca.

10.3.2 A utilização da marca SERPRO deverá observar o manual de aplicação da marca publicado no endereço <www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/marca-serpro>.

10.3.3 A utilização da marca SERPRO deverá ser expressa e previamente aprovada pelo SERPRO.

10.3.4 A utilização da marca <marca da parceira> deverá ser expressa e previamente aprovada pela <marca da parceira>.

10.4 Na hipótese de subcontratação autorizada de terceiros para execução de partes deste Contrato, as disposições desta cláusula não se alteram, cabendo à **PARTE** subcontratante se assegurar de que, na relação contratual entre ela e o terceiro subcontratado, exista previsão de transferência dos direitos de propriedade intelectual em desfavor do terceiro subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DESCUMPRIMENTO DESTE CONTRATO

11.1 A **PARCEIRA** e o **SERPRO** responderão, à proporção dos prejuízos efetivamente causados, pelo descumprimento total ou parcial deste Contrato.

11.2 Esgotados os meios consensuais para provocar a execução do contrato ou para aplicar penalidades pela inexecução, a **PARTE** interessada poderá encaminhar a disputa na forma da cláusula sobre resolução de controvérsias.

11.3 Não constituirá descumprimento os atrasos das **PARTES** no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, desde que oportunamente comunicados e comprovados.

11.3.1 Ocorrida tal hipótese, será concedida à **PARTE** em atraso a prorrogação do prazo necessário ao cumprimento da obrigação.

11.4 A tipificação das infrações e suas respectivas penalidades, assim como a disciplina das multas e sua proporcionalidade em relação às infrações, estão dispostas no **ANEXO B** deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - VIGÊNCIA DESTE CONTRATO

12.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 60 (sessenta) meses a partir da data da sua celebração, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

12.1.1 Eventual prorrogação deverá ser antecedida de reavaliação, por parte do **SERPRO**, da vantajosidade da parceria, incluindo reexame das condições que justificaram a celebração deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - ALTERAÇÕES DESTE CONTRATO

13.1 Mediante termo aditivo, o presente contrato poderá ser alterado por acordo entre as **PARTES** para atender às necessidades financeiras, comerciais, técnicas e operacionais verificadas ao longo do desenvolvimento e exploração comercial da parceria.

13.2 O acréscimo, a complementação, a substituição ou o esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas por uma parte à outra, serão incorporados a este Contrato mediante anuência das **PARTES**, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, podendo ser necessário, a formalização de apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

13.3 São vedadas quaisquer alterações que descaracterizem a oportunidade de negócio, acarretem ônus financeiro desproporcional às **PARTES** ou desrespeitem o Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidade de Negócio do **SERPRO** e a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - RESCISÃO DESTE CONTRATO

14.1 Quaisquer das **PARTES** poderá, a seu critério e sem ônus, requerer a rescisão deste Contrato com antecedência mínima de 12 (doze) meses, respeitando os direitos de terceiros, notadamente de **CLIENTES** que possuam, ao tempo do requerimento, contratos ativos com o **SERPRO**, o que eventualmente poderá elasticar o referido prazo.

14.2 A rescisão deste Contrato também poderá se dar por acordo entre as **PARTES**.

14.3 A rescisão deste Contrato poderá se dar a qualquer tempo, caso inexistam **CLIENTES** que possuam interesse em contratar a solução objeto desta parceria.

14.4 Qualquer das **PARTES** poderá rescindir o Contrato se a outra parte descumprir, de maneira relevante, o Contrato e deixar de sanar a situação no prazo de 60 (sessenta) dias após recebimento de notificação por escrito.

14.5 Qualquer das **PARTES** poderá rescindir o Contrato se a outra parte encerrar suas atividades comerciais.

14.6 Qualquer das **PARTES** poderá rescindir o Contrato se a outra tornar-se sujeita a procedimentos de insolvência.

14.7 Em qualquer caso de rescisão, as **PARTES** deverão estabelecer, em comum acordo, o Termo de Encerramento deste Contrato.

14.8 No término da vigência ou da rescisão deste Contrato, o conteúdo do **CLIENTE** deverá ser disponibilizado para recuperação, durante o período de 90 (noventa) dias. No final de tal período de recuperação, exceto conforme possa ser exigido por lei, o conteúdo do **CLIENTE** será excluído definitivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - INFORMAÇÕES SIGILOSAS

15.1 Para efeito deste Contrato, são consideradas informações sigilosas todas e quaisquer informações fornecidas, comunicadas ou reveladas entre as **PARTES**, seja verbalmente ou por escrito, contidas em quaisquer meios, suportes ou formatos utilizados para a divulgação. A natureza

de informação sigilosa implicará o não-repasse e a não-exposição da informação a terceiros, independentemente de posterior alteração parcial ou ainda do posterior esclarecimento ou complementação.

15.2 As informações relacionadas ao sigilo empresarial, sigilo comercial, sigilo decorrente de risco à competitividade e à governança empresarial, dispostas no **ANEXO D**, serão classificadas como sendo de média ou alta sensibilidade e terão seu acesso restrito.

15.3 Para fins de repasse de informação sigilosa, as **PARTES** são classificadas como “parte fornecedora” e “parte recebedora” e o conceito de “informação sigilosa”, independentemente da classificação legal que lhe seja emprestada, se aplica a qualquer dado qualificado (informação, portanto) declarado como sigiloso pela parte fornecedora, seja ele tangível ou intangível, qualquer que seja o repositório que lhe dê materialidade ou acesso.

15.4 Informações notórias, anteriores à divulgação ou legalmente fornecidas por terceiros à parte recebedora não podem ser consideradas “sigilosas”.

15.5 Na ocorrência de ordem judicial, requisição do Ministério Público ou determinação de órgãos de controle de exibição da informação sigilosa, as **PARTES**:

- a. limitar-se-ão a informar o que lhe seja perguntado;
- b. informarão detalhada e completamente à outra **PARTE**, com máxima urgência, de modo a garantir sua interveniência útil.

15.6 A informação sigilosa não poderá ser dada ao conhecimento de terceiros sem autorização formal da parte fornecedora.

15.6.1 A parte recebedora somente utilizará informações sigilosas exclusivamente para avaliar uma possível relação estratégica entre ambas;

15.6.2 A parte recebedora, em qualquer hipótese, deverá tratar a informação sigilosa com o mesmo ou maior rigor que a parte fornecedora;

15.6.3 Qualquer vazamento ou divulgação não autorizada, ainda que acidental, deverá ser comunicada em detalhes à parte fornecedora e deverá receber tratamento de contenção e mitigação da parte recebedora;

15.7 Não há obrigação ou determinação implícita e a leitura e interpretação desta cláusula é estrita.

15.8 Estas disposições obrigam coligadas, subsidiárias e sucessoras das **PARTES**, até que haja autorização expressa da parte fornecedora.

15.9 Omissão ou mora na aplicação de qualquer disposição jamais implicará novação ou renúncia.

15.10 Na hipótese desta cláusula vir a ser parcialmente anulada, as disposições remanescentes serão interpretadas em conformidade com o espírito geral do Contrato e desta cláusula.

15.11 Quaisquer esclarecimentos ou complementações serão tratados com a mesma proteção aqui estabelecida.

15.12 Esta cláusula prevalece sobre qualquer acordo anterior cujo objeto seja o mesmo, restando válidas as cláusulas de termo de confidencialidade que tenha sido celebrado entre as **PARTES**, desde que não divirjam do disposto neste Contrato.

15.13 O sigilo da informação aqui convencionado remanescerá após a rescisão deste Contrato.

15.14 A presente cláusula abrange todo o processo de compartilhamento de informações que antecede a assinatura do Contrato e qualquer circunstância omitida será tratada nos termos de suas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 As **PARTES** se comprometem, nos termos do **ANEXO A**, ao cumprimento das condições e responsabilidades estabelecidas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - COMUNICAÇÕES E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

17.1 Toda comunicação e registro de ocorrências deverá ser realizada por escrito, preferencialmente por e-mail, ou quando realizada em encontro presencial ou virtual, reduzida a termo em ata de reunião.

17.2 As **PARTES** são responsáveis pela verificação da efetividade das suas comunicações, devendo, por exemplo, empregar ferramenta de confirmação de leitura.

17.3 Para maior celeridade e efetividade nas comunicações e registros de ocorrências, as **PARTES** acordam que:

17.3.1 Verificarão as comunicações e os registros de ocorrências a cada 24 (vinte e quatro) horas, pelo menos.

17.3.2 Caso ocorra alteração de endereço de e-mail ou qualquer defeito técnico, a **PARTE** deve comunicar à outra no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

18.1 O **SERPRO**, designará formalmente seus representantes (Gestor e Fiscais) para acompanhar e fiscalizar a execução, adotando as medidas cabíveis de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS SOBRE ESTE CONTRATO

19.1 Para resolver controvérsias em relação ao presente Contrato, em atenção ao art. 109, inc. I, da Constituição da República de 1988, as **PARTES** elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

19.2 Alternativamente ao disposto na cláusula anterior, havendo controvérsia entre as **PARTES** a respeito deste Contrato, poderá ser solicitada sua resolução por meio de conciliação, mediação ou arbitragem, a ser realizada por instância e regras escolhidas pelas **PARTES** oportunamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

20.1 Uma **PARTE**, não se eximindo das responsabilidades assumidas neste Contrato, pode, com o consentimento da outra, subcontratar partes da sua execução, desde que sejam partes acessórias, instrumentais ou auxiliares, que seja executado o processo de subcontratação na forma da lei e que a subcontratação não caracterize intermediação de serviços de uma **PARTE** à outra.

20.1.1 A **PARTE** que realizar subcontratação garantirá à outra o acesso a informações sobre seus processos de subcontratação e também que o subcontratado não incorra em vedações, éticas ou jurídicas, que o inabilitariam a celebrar o presente Contrato, inclusive aquelas decorrentes da Política de Integridade ou Conformidade do **SERPRO**.

20.2 As **PARTES** não se opõem à realização de outras parcerias de negócios, inclusive com outros parceiros, vinculadas a oportunidades idênticas ou similares.

20.3 Qualquer omissão ou tolerância das **PARTES** em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou em exercer uma prerrogativa dele decorrente, exceto quando explicitada, não constituirá renúncia e não afetará o direito da **PARTE** em exercê-lo a qualquer tempo.

20.4 A legislação brasileira regerá este Contrato.

20.5 Todas as comunicações e notificações feitas ou entregues, bem como instrumentos contratuais firmados, devem empregar o idioma português do Brasil.

20.6 Aplica-se ao presente Contrato, inclusive aos casos omissos, o princípio da boa-fé objetiva.

20.7 Se alguma disposição deste Contrato for considerada inválida em razão de qualquer lei aplicável, esta invalidade não afetará as demais disposições, de modo que o Contrato terá efeito mesmo após a supressão da disposição invalidada.

20.8 Em caso de conflito entre o disposto neste Contrato e um de seus Anexos, prevalecerá o disposto no Anexo.

CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

ANEXO A – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. FINALIDADE E CONDIÇÕES GERAIS DESTE ANEXO

1.1 O presente Anexo tem como finalidade firmar as condições e responsabilidades a serem assumidas pelas Partes no que se refere à aplicabilidade da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

2. DEFINIÇÕES

2.1 Para efeitos deste termo, serão consideradas as seguintes definições:

2.1.1 Leis e Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais - Quaisquer leis, portarias e regulações, incluindo-se aí as decisões e as normas publicadas pela Autoridade Fiscalizadora competente, aplicável ao tratamento de dados pessoais no território nacional e que sejam pertinentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato.

2.1.2 LGPD ou Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e suas respectivas alterações posteriores.

2.1.3 Parte(s) ou partícipe(s) - são os signatários do Acordo, podendo, na sua execução, atuar como controladores e/ou operadores.

2.1.4 Serviço - atividades e serviços que serão fornecidos ou realizados pelas Partes, nos termos do Acordo.

2.1.5 Colaborador(es) - significa qualquer empregado, funcionário ou terceirizado, representante ou preposto, remunerado ou sem remuneração, em regime integral ou parcial, que atue em nome das Partes e que tenha acesso a dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis, em razão da prestação dos serviços.

2.1.6 Incidente de Segurança da Informação – significa um evento ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham grande probabilidade de

comprometer as operações do negócio e ameaçar a própria segurança da informação, a privacidade ou a proteção de dados pessoais.

2.1.7 Autoridades Fiscalizadoras - significa qualquer autoridade, inclusive judicial, competente para fiscalizar, julgar e aplicar a legislação pertinente, incluindo, mas não se limitando, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

2.2 Os termos “tratamento”, “dado pessoal”, “dado pessoal sensível”, “ANPD”, “titular”, “Relatório de Impacto à Proteção de Dados”, “controlador” e “operador” terão, para os efeitos deste Anexo, o mesmo significado atribuído pela LGPD.

2.2.1 Para os fins deste Anexo, no âmbito do presente Acordo de Cooperação e/ou Parceria firmado, as Partes serão controladores, sendo competentes para tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

2.3 As Partes comprometem-se a proteger os direitos fundamentais da liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, observando-se, em especial, o disposto na Lei nº 13.709/2018 e na Lei nº 12.965/2014.

3. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

3.1 São deveres das Partes:

3.1.1 Realizar o tratamento de dados pessoais com base nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 e/ou Capítulo IV da LGPD, às quais se submeterão os serviços, e responsabilizar-se: (i) pela realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; (ii) pela compatibilidade no tratamento com as finalidades informadas; (iii) pela definição da forma de tratamento dos referidos dados, informando ao titular que seus dados pessoais são compartilhados na forma prevista neste Contrato.

3.1.2 Acaso, a exclusivo critério de qualquer das Partes, se realize tratamento de dados pessoais baseado em "consentimento" (arts. 7º, I ou 11, I da LGPD), a Parte respectiva responsabilizar-se-á pela guarda adequada do instrumento de consentimento fornecido pelo titular e deverá informá-lo sobre o uso compartilhado de seus dados pessoais, visando atender às finalidades para o respectivo tratamento.

3.1.2.1 A Parte que realizar o tratamento dos dados pessoais baseado no consentimento, deverá ainda compartilhar o instrumento de consentimento com a outra Parte, quando solicitado, para análise da conformidade e para outras estritamente necessárias à correta execução do contrato, e também visando atender a requisições e determinações das autoridades fiscalizadoras, Ministério Público, Poder Judiciário ou órgãos de controle administrativo.

3.1.3 Garantir que o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do acordo e/ou contrato e do serviço em questão, e utilizá-lo, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD.

3.1.4 Apoiar a outra Parte no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD, nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

3.1.5 Comunicar à outra parte, em até dez dias, sobre o resultado de auditoria realizada pela ANPD que diga respeito ao serviço em questão e na medida em que se refiram a dados pessoais tratados pela outra Parte, que deverão ser corrigidos, em um prazo razoável.

3.1.6 Informar imediatamente à outra Parte quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente acordo.

3.1.7 Informar imediatamente à outra Parte, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato, assim que tomar conhecimento de:

A) qualquer investigação ou apreensão de dados pessoais sob o controle da outra Parte por servidores do Governo ou qualquer indicação específica de que tal investigação ou apreensão seja iminente, bem como, quaisquer outros pedidos oriundos desses servidores e/ou

B) qualquer informação que seja relevante em relação ao tratamento de dados pessoais da outra parte.

3.2 O subitem anterior interpreta-se em consonância com o detalhamento do serviço e as responsabilidades das Partes previstas neste acordo e seus demais anexos, caso existam.

4. DOS COLABORADORES DAS PARTES

4.1 As Partes assegurarão que o tratamento dos dados pessoais fique restrito aos colaboradores que precisam efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no presente acordo, bem como que tais colaboradores:

4.1.1 Tenham recebido treinamentos referentes aos princípios da proteção de dados e às leis que envolvem o tratamento.

4.1.2 Tenham conhecimento das obrigações objeto do acordo, incluindo as obrigações do presente documento.

4.2 Todos os colaboradores das PARTES, bem como os em exercício, são obrigados a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados, incluindo os que envolvam dados pessoais.

5. DA SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

5.1 As Partes adotarão medidas de segurança técnicas e administrativas adequadas a assegurar a proteção de dados pessoais, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança aos dados pessoais tratados e mitigar possíveis riscos. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, deverão levar em conta os riscos que são apresentados pelo tratamento, em particular aqueles relacionados a potenciais incidentes de segurança, identificação de vulnerabilidades, e adequada gestão de risco.

5.2 Em caso de Incidente de Segurança quanto aos dados pessoais objeto do presente Acordo, inclusive de acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda de dados pessoais, independentemente do motivo que o tenha ocasionado, a Parte que tiver ciência comunicará a outra imediatamente a partir da ciência do incidente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela Parte; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de titulares afetados; (v) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vi) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes. Caso não se disponha de todas as informações ora elencadas no momento de envio da comunicação, a Parte deverá enviá-las de forma gradual, de forma a garantir a maior

celeridade possível, sendo certo que a comunicação completa, com todas as informações indicadas, deverá ser enviada no prazo máximo de 5 dias a partir da ciência do incidente.

5.3 Fica estabelecido que as Partes não informarão a nenhum terceiro a respeito de quaisquer incidentes, exceto quando exigido por lei ou decisão judicial, hipótese em que uma Parte notificará à outra e cooperará no sentido de limitar o âmbito das informações divulgadas ao que for exigido pela legislação vigente.

6. DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

6.1 As transferências de dados pessoais para um outro país, ou seja, um país diferente daquele em que os dados pessoais são disponibilizados, são permitidas somente quando tais transferências forem estritamente necessárias para a execução do presente Acordo e desde que observado o previsto no Capítulo V da LGPD, incluindo, quando aplicável, as futuras cláusulas-padrão aprovadas pela ANPD para a transferência internacional de dados pessoais, sempre que estiverem disponíveis, ou, quando aplicável, cláusulas contratuais exigidas por países destinatários.

7. DA ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

7.1 As partes acordam que, quando do término da vigência do presente Acordo de Cooperação Técnica e/ou Parceria, darão por encerrado o tratamento dos dados pessoais e, em no máximo 30 dias, esses serão eliminados completamente e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando necessária a manutenção dos dados pessoais para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese autorizativa pela LGPD.

8. DAS RESPONSABILIDADES

8.1 Eventuais responsabilidades das Partes, serão apuradas conforme estabelecido no corpo deste Anexo, no Acordo em que ele se insere e também conforme o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

9. DOS DIREITOS DOS TITULARES

9.1 Os direitos dos titulares dos dados pessoais previstos em legislação serão respeitados e atendidos pela Parte responsável, que deverá decidir se e como eventuais requisições dos próprios titulares deverão ser atendidas. Caso algum titular de dados pessoais tratado no âmbito do presente

Acordo faça sua requisição à Parte não responsável, como por exemplo, solicite a retificação, atualização, correção ou acesso aos seus dados pessoais, esta requisição será encaminhada imediatamente à outra Parte, para que esta proceda com o atendimento da requisição feita.

9.2 No caso de uma requisição de exclusão dos dados pessoais pelos titulares, a Parte responsável poderá mantê-los em seus sistemas, caso haja qualquer base legal ou contratual para a sua manutenção, como por exemplo, para o resguardo de seus direitos e de seus interesses legítimos.

9.3 Para os serviços descritos no presente Acordo, as Partes deverão adotar as salvaguardas de segurança descritas no item 5 e as medidas de transparência previstas na LGPD, em especial nos artigos 9º, 23, inciso I e parágrafo 3º, no Capítulo III, e ainda no Capítulo II da Lei nº 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI).

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Sem prejuízo de eventuais disposições sobre mediação e jurisdição, estabelece-se que:

10.2 Caso necessário, para atender aos requisitos de quaisquer mudanças na LGPD ou em outras leis e regulamentos de proteção de dados, as Partes poderão estabelecer ajustes no presente Anexo.

10.3 Caso qualquer disposição deste Anexo seja inválida ou inexecutável, o restante das suas disposições permanecerá válido e em vigor. A disposição inválida ou inexecutável deverá ser: (i) alterada conforme necessário para garantir a sua validade e aplicabilidade, preservando as intenções das partes o máximo possível ou, se isso não for possível, (ii) interpretada de maneira como se a disposição inválida ou inexecutável nunca estivesse contida nele.

CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

ANEXO B - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

O conteúdo deste anexo, destinado a contemplar condições específicas do negócio, será, a seu tempo, objeto de negociação entre o **SERPRO** e a **PARCEIRA** à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.

CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

ANEXO C – MATRIZ DE RISCOS

O conteúdo deste anexo, destinado a contemplar condições específicas do negócio, será, a seu tempo, objeto de negociação entre o **SERPRO** e a **PARCEIRA** à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.

CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

ANEXO D – INFORMAÇÕES SIGILOSAS RESTRITAS

O conteúdo deste anexo, destinado a contemplar as informações sigilosas classificadas como sendo de média e alta sensibilidade, será, a seu tempo, objeto de negociação entre o **SERPRO** e a **PARCEIRA** à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.